



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

PROJETO DE LEI N° 003/2024

(Vereador Emanuel de Dr. Jacinto)

**RECEBIDO EM**  
16/02/2024  
Enivaldo Paulino da Silva  
Responsável pelo Protocolo Central  
ar 08-27

DISPOE SOBRE A PROIBIÇÃO DA OFERTA DE EMBUTIDOS NA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS E CRECHES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**Art. 1°.** Fica proibida a disponibilização de alimentos de origem animal do tipo embutidos no cardápio da merenda de escolas e creches da rede pública municipal, de acordo com a Resolução FNDE/CD n° 38/2009.

**Parágrafo único.** Entende-se por embutidos os alimentos produzidos pelo enchimento de tripas de animais ou artificiais (feitas com colágeno) com recheio à base de carne, vísceras, gordura, sangue, especiarias e outros ingredientes como conservantes, aromatizantes, etc. Dentre os produtos proibidos, estão salsichas, linguças, salames, mortadelas, chouriços e similares, podendo ser defumados ou não.

**Art. 2°.** Fica vedada a disponibilização de alimentos preparados sólidos no cardápio da merenda de escolas e creches da rede pública municipal conforme Seção I da Resolução FNDE/CD n° 38/2009.

**Parágrafo único.** Entende-se por preparado sólido, alimentos instantâneos, os quais foram modificados artificialmente, por meio do processo de desidratação. Dentre os produtos proibidos, estão sucos em pó de preparo instantâneo, temperos industrializados desidratados e similares.

**Art. 3°.** Esta proibição aplica-se aos lanches e refeições oferecidos nas escolas durante todo o período do calendário escolar.

**Art. 4°.** O Poder Executivo realizará uma extensa campanha de conscientização entre professores, estudantes e funcionários para alertar sobre os malefícios à saúde das crianças causados por tais alimentos embutidos, com o intuito de desencorajar o consumo também em seus lares ou momentos de lazer.

**Art. 5°.** As despesas decorrentes da implementação desta lei serão cobertas pelas dotações orçamentárias específicas, sendo suplementadas, se necessário.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

---

**Art. 6º.** O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua publicação.

**Art. 7º.** Esta lei entrará em vigor após 60 (sessenta) dias de sua publicação.

Câmara Municipal de Timbaúba, 16 de Fevereiro de 2024.

**EMANUEL GOUVEIA FERREIRA LIMA**

**VEREADOR**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

#### **JUSTIFICATIVA**

Este projeto tem como propósito o objetivo de promover a saúde das crianças inscritas em instituições educacionais e creches da rede pública municipal de Timbaúba. Os alimentos embutidos, amplamente consumidos, carecem de valor nutricional, contendo altas quantidades de conservantes, gorduras e sódio, elementos prejudiciais, principalmente para as crianças.

Estudos acadêmicos ressaltam os impactos adversos do consumo excessivo desses produtos, associando-os ao aumento da obesidade infantil, o que por sua vez está correlacionado a problemas graves como doenças cardíacas, diabetes e outros males relacionados ao excesso de peso. A proibição da oferta de embutidos nas escolas e creches municipais é uma medida benéfica e em consonância com as diretrizes de entidades como a Sociedade Brasileira de Pediatria.

Além disso, é sabido que os hábitos alimentares formados na infância perduram na vida adulta, tornando crucial a implementação de escolhas alimentares saudáveis desde cedo. A presença de substâncias potencialmente cancerígenas como nitrito e nitrato de sódio ou potássio, denunciadas pela ONU/OMS, em embutidos, aumenta ainda mais a urgência de restringir tais produtos.

A elevada quantidade de gordura saturada e sódio nesses alimentos pode elevar o colesterol e o risco de doenças cardiovasculares, conforme indicado por estudos da Abia. Ademais, os conservantes presentes nos embutidos são nocivos à saúde, podendo sobrecarregar o fígado e causar danos.

Por conseguinte, a exclusão desses alimentos do cardápio infantil é uma medida preventiva crucial para evitar complicações futuras de saúde. A realização de campanhas educativas nas escolas é de suma importância para conscientizar alunos e funcionários sobre os malefícios dos embutidos, visando disseminar essas informações para além do ambiente escolar.

Os aditivos alimentares, frequentemente debatidos por seu potencial danoso à saúde, podem desencadear reações alérgicas e outros agravos, especialmente em indivíduos sensíveis. Em vista dessas considerações, é imperativo que este projeto de lei seja apreciado e aprovado pelos demais membros, dada a relevância e os benefícios que ele pode trazer. Agradeço antecipadamente pelo apoio de todos os envolvidos

Câmara Municipal de Timbaúba, 16 de Fevereiro de 2024.

**EMANUEL GOUVEIA FERREIRA LIMA**

**VEREADOR**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

#### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER FAVORAVEL:**

#### **DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE OFERTA DE EMBUTIDOS NA COMPOSIÇÃO DA MERENDA DAS ESCOLAS E CRECHES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA.**

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Timbaúba, Estado de Pernambuco, ao analisar o Projeto de Lei nº 003/2024 de autoria do Vereador Emanuel de Dr. Jacinto, que versa sobre a matéria supra, apresenta manifestação nos seguintes termos:

O Projeto de Lei em questão tem por objetivo impor a proibição da oferta de embutidos na composição da merenda das escolas e creches da rede pública municipal de Timbaúba.

De princípio cumpre mencionar que inexistente vício formal quanto à iniciativa, posto que, salvo melhor juízo, não se trata de matéria de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

No entendimento desta Comissão o PL em questão também não acarreta obrigatoriamente aumento de despesas do Poder Executivo, posto que tais alimentos poderão ser substituídos por outros mais saudáveis, em benefício das crianças e jovens de nosso município.

Portanto, não há de se falar em ofensa ao §1º do art. 19 da Constituição do estado de Pernambuco que estabelece a competência privativa do Governador da iniciativa das leis que importem em aumento de despesa pública, no âmbito do Poder Executivo.

A implementação de medidas legislativas e políticas públicas que proíbam a inclusão de alimentos não saudáveis, especialmente embutidos e ultra processados, na merenda escolar desempenha papel de relevo na promoção da saúde e bem-estar das crianças e adolescentes. Essa abordagem visa criar um ambiente alimentar mais saudável, contribuindo para a prevenção de doenças relacionadas à má alimentação, como obesidade, diabetes e problemas cardiovasculares. Ao restringir o acesso a alimentos de baixo valor nutricional, as autoridades municipais não apenas protegem a saúde das futuras gerações, mas também contribuem para o desenvolvimento cognitivo e o desempenho acadêmico dos estudantes, uma vez que uma dieta equilibrada está diretamente ligada ao funcionamento adequado do cérebro.

Além da restrição de alimentos não saudáveis, é fundamental que as políticas públicas também promovam e incentivem hábitos alimentares saudáveis. Educação nutricional, programas de conscientização e a oferta de opções nutritivas e saborosas nas escolas são medidas complementares essenciais. Estimular práticas alimentares saudáveis desde a infância não apenas impacta positivamente a saúde a curto prazo, mas também estabelece





**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

---

padrões que podem perdurar ao longo da vida, contribuindo para a formação de adultos mais conscientes e saudáveis.

Portanto, investir em medidas que vedem alimentos não saudáveis na merenda escolar e promovam hábitos alimentares saudáveis é uma estratégia crucial para o desenvolvimento saudável das novas gerações.

Em consonância com a presente exposição, opinamos pela viabilidade da continuidade de tramitação do Projeto de Lei nº 003/2024, uma vez que inexistente óbice legal ou constitucional à sua apreciação pelo Plenário.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Timbaúba, em 27 de fevereiro de 2024.

  
**Ver. Marcos Antônio Ferreira**

  
**Ver. Felipe Gomes Ferreira Lima**

  
**Ver. José Bernardo de Farias**